

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	80
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	4.087.873	4.250.443
1.01	Ativo Circulante	792.810	937.027
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	568	528
1.01.02	Aplicações Financeiras	279.017	500.056
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	279.017	500.056
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	279.017	500.056
1.01.03	Contas a Receber	288.158	330.116
1.01.03.01	Clientes	34.841	34.088
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	34.841	34.088
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	253.317	296.028
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	253.317	296.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.122	75.036
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.122	75.036
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	16.661	10.745
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	76.461	64.291
1.01.07	Despesas Antecipadas	390	2.227
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.555	29.064
1.01.08.03	Outros	131.555	29.064
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	2.425	626
1.01.08.03.03	Outros Créditos	129.130	28.438
1.02	Ativo Não Circulante	3.295.063	3.313.416
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.661	84.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	82.661	84.734
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.121	4.040
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	77.691	79.852
1.02.01.09.09	Outros Créditos	58	51
1.02.02	Investimentos	848	3.865
1.02.02.01	Participações Societárias	848	3.865
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	848	3.865
1.02.03	Imobilizado	3.138.003	3.145.769
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.939.174	2.912.035
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	516	571
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	198.313	233.163
1.02.04	Intangível	73.551	79.048
1.02.04.01	Intangíveis	73.551	79.048
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	39.687	40.353
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	33.864	38.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	4.087.873	4.250.443
2.01	Passivo Circulante	1.144.799	1.516.869
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.249	1.019
2.01.02	Fornecedores	119.740	486.069
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	119.740	486.069
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.475	152.953
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.184	152.466
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	108.257	143.294
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.927	9.172
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	137	192
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	154	295
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	858.365	826.576
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	516.680	501.019
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	516.680	501.019
2.01.04.02	Debêntures	341.453	325.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	232	248
2.01.05	Outras Obrigações	32.609	34.281
2.01.05.02	Outros	32.609	34.281
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.118	2.119
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	13.897	16.552
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	8.454	8.171
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	8.140	7.439
2.01.06	Provisões	11.361	15.971
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.361	15.971
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	11.361	15.971
2.02	Passivo Não Circulante	1.378.240	1.369.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	796.560	796.443
2.02.01.02	Debêntures	796.242	796.084
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	318	359
2.02.02	Outras Obrigações	11.358	9.750
2.02.02.02	Outros	11.358	9.750
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	186	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	11.002	9.458
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	72	186
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	98	106
2.02.03	Tributos Diferidos	504.226	509.718
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	504.226	509.718
2.02.04	Provisões	66.096	53.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.096	53.175
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	66.096	53.175
2.03	Patrimônio Líquido	1.564.834	1.364.488
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.213	254.172
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.849	1.808
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.228	-82.927
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	967.936	983.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.230	2.230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	690.002	756.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-337.764	-202.837
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-215.775	-69.673
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-28.145	-23.222
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.539	-1.251
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-11.492	-17.008
3.02.07	Pessoal e Administradores	-17.623	-18.044
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-610	-588
3.02.09	Serviços de Terceiros	-14.461	-26.671
3.02.10	Material	-1.266	-1.380
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-406	-172
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.758	-40.225
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-3.689	-4.603
3.03	Resultado Bruto	352.238	553.382
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.018	-45
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.018	-45
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.220	553.337
3.06	Resultado Financeiro	-43.989	-10.450
3.06.01	Receitas Financeiras	11.068	11.563
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.057	-22.013
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-47.811	-23.058
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-7.246	1.045
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	305.231	542.887
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-104.926	-184.967
3.08.01	Corrente	-108.257	-187.892
3.08.02	Diferido	3.331	2.925
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	200.305	357.920
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	200.305	357.920
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,50122	0,89562
3.99.01.02	PN	0,55135	0,98519
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,48264	0,86241
3.99.02.02	PN	0,53090	0,94865

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	200.305	357.920
4.03	Resultado Abrangente do Período	200.305	357.920

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-73.873	23.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	292.664	418.069
6.01.01.01	Lucro líquido do período	200.305	357.920
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.758	40.225
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	666	664
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	8.658	-2.657
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	406	172
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	50.053	31.354
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	439	429
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-10.459	-7.179
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	110	0
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-3.331	-2.925
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	41	21
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.018	45
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-200.208	7.527
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-753	-180.741
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	42.711	25.684
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-7.541	-12.938
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-5.387	-14.310
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	-12.170	13.619
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.837	1.925
6.01.02.09	Devedores Diversos	-1.799	-840
6.01.02.10	Outros Créditos	26.859	16
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.230	567
6.01.02.12	Fornecedores	-366.329	-43.695
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	111.699	199.374
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	1.082	10.865
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	6.668	10.797
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-2.769	-4.052
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	1.408	1.387
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-394	-538
6.01.02.19	Outras Obrigações	693	653
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-253	-246
6.01.03	Outros	-166.329	-401.877
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-18.070	0
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-148.259	-401.877
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	194.015	-112.832
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-30.270	-37.243
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-622.048	-572.419
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	846.355	494.715
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-22	2.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-120.102	175.832
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	300.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1	-4

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	0	-3.107
6.03.05	Custo de Empréstimos	0	-997
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-77	-72
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-120.024	-119.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40	86.719
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	528	108.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	568	195.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	41	0	0	0	41
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	41	0	0	0	41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.305	0	200.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.305	0	200.305
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.850	-15.850	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.015	-24.015	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.165	8.165	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.213	0	133.228	970.166	1.564.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21	0	0	0	21
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21	0	0	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.920	0	357.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.920	0	357.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.333	-17.333	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.262	-26.262	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.929	8.929	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.104	267.540	375.253	1.037.626	2.141.750

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	733.551	814.007
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	733.533	812.992
7.01.02	Outras Receitas	18	1.015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-291.115	-132.363
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-271.606	-99.667
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.727	-28.051
7.02.04	Outros	-3.782	-4.645
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-3.782	-4.645
7.03	Valor Adicionado Bruto	442.436	681.644
7.04	Retenções	-42.758	-40.225
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.758	-40.225
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	399.678	641.419
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.050	11.518
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.018	-45
7.06.02	Receitas Financeiras	11.068	11.563
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	407.728	652.937
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	407.728	652.937
7.08.01	Pessoal	15.110	15.621
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.768	14.300
7.08.01.02	Benefícios	610	588
7.08.01.03	F.G.T.S.	732	733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136.979	257.145
7.08.02.01	Federais	136.445	256.866
7.08.02.02	Estaduais	534	278
7.08.02.03	Municipais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.334	22.251
7.08.03.01	Juros	55.057	22.013
7.08.03.02	Aluguéis	277	238
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.305	357.920
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200.305	357.920

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	4.087.874	4.250.450
1.01	Ativo Circulante	793.659	937.899
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	578	533
1.01.02	Aplicações Financeiras	279.823	500.891
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	279.823	500.891
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	279.823	500.891
1.01.03	Contas a Receber	288.158	330.116
1.01.03.01	Clientes	34.841	34.088
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	34.841	34.088
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	253.317	296.028
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	253.317	296.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.153	75.065
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.153	75.065
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	16.692	10.774
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	76.461	64.291
1.01.07	Despesas Antecipadas	391	2.231
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.556	29.063
1.01.08.03	Outros	131.556	29.063
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	2.425	626
1.01.08.03.03	Outros Créditos	129.131	28.437
1.02	Ativo Não Circulante	3.294.215	3.312.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.661	84.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	82.661	84.734
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.121	4.040
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	77.691	79.852
1.02.01.09.09	Outros Créditos	58	51
1.02.03	Imobilizado	3.138.003	3.148.769
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.939.174	2.912.035
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	516	571
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	198.313	236.163
1.02.04	Intangível	73.551	79.048
1.02.04.01	Intangíveis	73.551	79.048
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	39.687	40.353
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	33.864	38.695

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	4.087.874	4.250.450
2.01	Passivo Circulante	1.144.800	1.516.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.249	1.019
2.01.02	Fornecedores	119.741	486.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	119.741	486.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.475	152.955
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.184	152.468
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	108.257	143.294
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.927	9.174
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	137	192
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	154	295
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	858.365	826.576
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	516.680	501.019
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	516.680	501.019
2.01.04.02	Debêntures	341.453	325.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	232	248
2.01.05	Outras Obrigações	32.609	34.281
2.01.05.02	Outros	32.609	34.281
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.118	2.119
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	13.897	16.552
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	8.454	8.171
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	8.140	7.439
2.01.06	Provisões	11.361	15.971
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.361	15.971
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	11.361	15.971
2.02	Passivo Não Circulante	1.378.240	1.369.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	796.560	796.443
2.02.01.02	Debêntures	796.242	796.084
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	318	359
2.02.02	Outras Obrigações	11.358	9.750
2.02.02.02	Outros	11.358	9.750
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	186	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	11.002	9.458
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	72	186
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	98	106
2.02.03	Tributos Diferidos	504.226	509.718
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	504.226	509.718
2.02.04	Provisões	66.096	53.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.096	53.175
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	66.096	53.175
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.564.834	1.364.488
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.213	254.172
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.849	1.808
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.228	-82.927
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	967.936	983.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.230	2.230

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	690.002	756.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-340.806	-202.903
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-215.775	-69.673
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-28.145	-23.222
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.539	-1.251
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-11.492	-17.008
3.02.07	Pessoal e Administradores	-17.623	-18.044
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-610	-588
3.02.09	Serviços de Terceiros	-14.476	-26.710
3.02.10	Material	-1.266	-1.380
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-406	-172
3.02.14	Provisão para Redução ao Provável Valor de Recuperação dos Ativos	-3.000	0
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.758	-40.225
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-3.716	-4.630
3.03	Resultado Bruto	349.196	553.316
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.196	553.316
3.06	Resultado Financeiro	-43.965	-10.429
3.06.01	Receitas Financeiras	11.092	11.584
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.057	-22.013
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-47.811	-23.058
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-7.246	1.045
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	305.231	542.887
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-104.926	-184.967
3.08.01	Corrente	-108.257	-187.892
3.08.02	Diferido	3.331	2.925
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	200.305	357.920
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	200.305	357.920
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	200.305	357.920
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,50122	0,89562
3.99.01.02	PN	0,55135	0,98519
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,48264	0,86241
3.99.02.02	PN	0,53090	0,94865

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	200.305	357.920
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	200.305	357.920
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	200.305	357.920

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-73.914	23.727
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	292.622	418.005
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	200.305	357.920
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.758	40.225
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	666	664
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	8.658	-2.656
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	406	172
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	50.053	31.354
6.01.01.10	Fundo de Pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 695	439	429
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-10.483	-7.199
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	110	0
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-3.331	-2.925
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	41	21
6.01.01.19	Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	3.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-200.207	7.599
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-753	-180.741
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	42.711	25.684
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-7.541	-12.938
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-5.388	-14.319
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	-12.170	13.619
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.840	1.925
6.01.02.09	Devedores Diversos	-1.799	-836
6.01.02.10	Outros Créditos	26.859	15
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.230	567
6.01.02.12	Fornecedores	-366.333	-43.683
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	111.699	199.369
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	1.080	10.866
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	6.673	10.867
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-2.769	-4.052
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	1.408	1.387
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-394	-538
6.01.02.19	Outras Obrigações	693	653
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-253	-246
6.01.03	Outros	-166.329	-401.877
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-18.070	0
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-148.259	-401.877
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	194.061	-112.838
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-30.270	-37.243
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-622.048	-573.369
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	846.401	495.659
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-22	2.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-120.102	175.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	300.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1	-4
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	0	-3.107
6.03.05	Custo de Empréstimos	0	-997
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-77	-72
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-120.024	-119.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45	86.721
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	533	108.420
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	578	195.141

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488	0	1.364.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488	0	1.364.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	41	0	0	0	41	0	41
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	41	0	0	0	41	0	41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.305	0	200.305	0	200.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.305	0	200.305	0	200.305
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.850	-15.850	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.015	-24.015	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.165	8.165	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.213	0	133.228	970.166	1.564.834	0	1.564.834

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21	0	0	0	21	0	21
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21	0	0	0	21	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.920	0	357.920	0	357.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.920	0	357.920	0	357.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.333	-17.333	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.262	-26.262	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.929	8.929	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.104	267.540	375.253	1.037.626	2.141.750	0	2.141.750

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	733.551	814.007
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	733.533	812.992
7.01.02	Outras Receitas	18	1.015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-294.156	-132.427
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-271.606	-99.667
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.742	-28.090
7.02.04	Outros	-6.808	-4.670
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-6.808	-4.670
7.03	Valor Adicionado Bruto	439.395	681.580
7.04	Retenções	-42.758	-40.225
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.758	-40.225
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	396.637	641.355
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.092	11.584
7.06.02	Receitas Financeiras	11.092	11.584
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	407.729	652.939
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	407.729	652.939
7.08.01	Pessoal	15.110	15.621
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.768	14.300
7.08.01.02	Benefícios	610	588
7.08.01.03	F.G.T.S.	732	733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136.979	257.145
7.08.02.01	Federais	136.445	256.866
7.08.02.02	Estaduais	534	278
7.08.02.03	Municipais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.335	22.253
7.08.03.01	Juros	55.057	22.013
7.08.03.02	Aluguéis	278	240
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.305	357.920
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200.305	357.920

Comentário do Desempenho



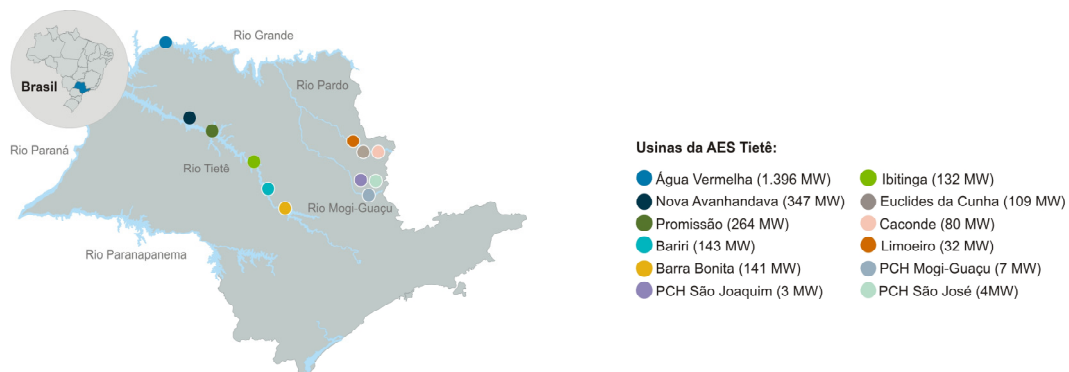
1 Perfil

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada, bem como sua controlada, a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, e tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a Companhia. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.

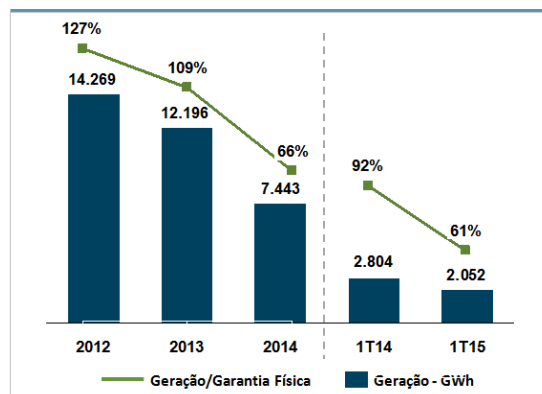


2 Energia gerada

No 1T15, as usinas da Companhia geraram 2.052 GWh de energia, volume 26,8% inferior ao 1T14. A variação é consequência da redução do nível médio de armazenamento dos reservatórios, impactado pelas baixas aflúncias registradas no 1T15, que resultou na decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado Sudeste/Centro-oeste durante o 1T15, visando a recuperação dos níveis dos reservatórios, fato explicado pelo período atipicamente seco.

Comentário do Desempenho

Energia gerada – GWh



3 Energia faturada

No trimestre findo em 31 de março de 2015, a energia faturada pela Companhia apresentou aumento de 1,4% em comparação ao 1T14. As variações são detalhadas a seguir:

Energia faturada - GWh	1T15	1T14	Var. GWh	Var. %
Energia Faturada	3.633	3.584	49	1,4%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.740	2.329	411	17,6%
CCEE	410	717	(307)	-42,8%
Spot	274	541	(267)	-49,4%
MRE	136	176	(40)	-22,7%
Outros Contratos Bilaterais	483	538	(55)	-10,2%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 1T15 totalizou 2.740 GWh, representando um aumento de 17,6% em relação ao 1T14. Essa variação é justificada pelo perfil de sazonalização flat para o ano de 2015.

O volume de energia faturada por meio da CCEE no 1T15 reduziu 42,8%, devido ao menor volume de venda no mercado spot e no MRE, principalmente em função da hidrologia desfavorável e da redução do despacho das usinas da Companhia.

Comentário do Desempenho

4 Desempenho econômico-financeiro

	1T15	1T14	Var. R\$	Var. %
Contrato bilateral Eletropaulo	565.320	452.293	113.027	25,0%
Outros contratos bilaterais	55.402	59.575	(4.173)	-7,0%
CCEE	112.811	301.124	(188.313)	-62,5%
MRE	2.917	3.082	(165)	-5,4%
Spot	109.711	296.984	(187.273)	-63,1%
Outros	183	1.058	(875)	-82,7%
Outras receitas	18	1.015	(997)	-98,2%
Receita operacional bruta	733.551	814.007	(80.456)	-9,9%
Deduções da receita operacional bruta	(43.549)	(57.788)	14.239	-24,6%
Receita operacional líquida	690.002	756.219	(66.217)	-8,8%
Custos e despesas operacionais	(340.806)	(202.903)	(137.903)	68,0%
Resultado do serviço	349.196	553.316	(204.120)	-36,9%
Resultado financeiro	(43.965)	(10.429)	(33.536)	321,6%
Imposto de renda e contribuição social	(104.926)	(184.967)	80.041	-43,3%
Lucro líquido do período	200.305	357.920	(157.615)	-44,0%

Em milhares de reais - Consolidado

4.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no 1T15 apresentou uma redução de R\$66.217 ou 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Menor volume de energia vendida no mercado Spot (274 GWh no 1T15 ante 541 GWh no 1T14), somado ao menor preço dessa energia no submercado SE/CO (R\$ 388,48/MWh no 1T15 ante R\$ 669,76/MWh no 1T14);
- Redução de outros contratos bilaterais no montante de R\$4.173 (483 GWh no 1T15 ante 538 GWh no 1T14);
- Redução de R\$165 na receita auferida no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), devido ao menor volume de energia nele vendido (136 GWh no 1T15 ante 176 GWh no 1T14), compensado parcialmente pela;
- Maior receita com energia vendida através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, representando um aumento de R\$113.027 ou 411 GWh, somado ao reajuste no preço médio praticado no período, que passou de R\$194,19/MWh no 1T14 para R\$206,31/MWh no 1T15;
- Redução nas despesas de Pis e Cofins, Pesquisa e Desenvolvimento e ICMS, no montante de R\$14.239, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido à redução da receita operacional bruta, conforme descrito acima.

Comentário do Desempenho

4.2 Custos e despesas operacionais

	1T15	1T14	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(256.951)	(111.154)	(145.797)	131,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(215.775)	(69.673)	(146.102)	209,7%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(28.145)	(23.222)	(4.923)	21,2%
Taxa de fiscalização	(1.539)	(1.251)	(288)	23,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(11.492)	(17.008)	5.516	-32,4%
Custo de operação	(83.855)	(91.749)	7.894	-8,6%
Pessoal e administradores	(17.623)	(18.044)	421	-2,3%
Material e serviços de terceiros	(15.742)	(28.090)	12.348	-44,0%
Entidade de previdência privada	(610)	(588)	(22)	3,7%
Depreciação e amortização	(42.758)	(40.225)	(2.533)	6,3%
Outros	(7.122)	(4.802)	(2.320)	48,3%
Total dos custos e despesas operacionais	(340.806)	(202.903)	(137.903)	68,0%

Em milhares de reais - Consolidado

4.2.1 Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica no 1T15 apresentaram um aumento de R\$145.797 ou 131,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$146.102 nos custos com energia comprada para revenda. Esse resultado é influenciado, principalmente pelo maior volume de energia comprada no mercado de curto prazo (447 GWh no 1T15 ante 60 GWh no 1T14), associada a sazonalização da garantia física adotada pela Companhia e o rebaixamento médio no MRE verificado no 1T15 (20,7%) ante o rebaixamento verificado no 1T14 (3,9%);
- Despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$4.923 ou 21,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia, parcialmente compensado pelas;
- Despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram redução de R\$5.516 ou 32,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao menor volume de energia gerada no período (2.052 GWh no 1T15 ante 2.804 GWh no 1T14), compensado pelo reajuste de 6,75% na Tarifa Atualizada de Referência (“TAR”), que foi fixada em R\$ 85,26/MWh desde janeiro de 2015.

4.2.2 Custo de operação

No 1T15, os custos de operação apresentaram uma redução de R\$7.894 ou 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- Às despesas com material e serviços de terceiros, que tiveram uma redução de R\$12.348 ou 44,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à redução das manutenções bienais nas eclusas, que a partir de 2015 passaram a realizadas anualmente, apresentando redução de R\$10.600, somado a menores custos com

Comentário do Desempenho

consultorias financeiras, com redução de R\$700 e menores gastos com publicações legais, que diminuiram R\$ 1.300;

- Provisão para redução ao provável valor de recuperação no montante de R\$ 3.000 de ativo da controlada AES Rio PCH.

4.3 Resultado financeiro

Impacto negativo no resultado financeiro em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo uma despesa de R\$43.965 no 1T15, comparado a uma despesa de R\$10.429 no 1T14, principalmente ocasionado:

- Aumento dos encargos de dívida (R\$50.053 no 1T15 ante R\$31.354 no 1T14), devido principalmente ao acréscimo da taxa média do CDI verificado no período (12,13% no 1T15 ante 10,30% no 1T14), somado à redução dos juros capitalizados no valor de R\$4.270;
- Efeito negativo nas variações cambiais proveniente principalmente da maior variação dólar de 2015 em comparação a 2014, parcialmente compensado pelo;
- Acréscimo da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$11.017 no 1T15 ante R\$10.342 no 1T14 devido ao aumento da taxa média do CDI (12,13% no 1T15 ante 10,30% no 1T14), compensado pela diminuição da rentabilidade média do CDI (100,28% a.a. no 1T15 ante 101,12% a.a. no 1T14 e menor saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$429.140 no 1T15 ante 533.697 no 1T14).

4.4 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 80.041 das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 1T15 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve principalmente ao menor lucro tributável apurado em 2015.

4.5 Lucro líquido

O lucro líquido no 1T15 foi de R\$200.305, representando uma redução de 44,0% ou R\$157.615 em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$357.920. Essa redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

A Companhia vende para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo), empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física (vide informações adicionais na nota explicativa nº 23 (i)).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<u>Usinas Hidrelétricas (UHE)</u>				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</u>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		35	2.658	1.278

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão acima referida. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade dos projetos mencionados acima.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Notas Explicativas

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 550 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifestasse sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estudasse alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes.

Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias. Em 17 de abril de 2015, após o juiz solicitar a Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Notas Explicativas

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, entretanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo e denominado Termo São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012. Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Em 14 de março de 2013, a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais. Em 27 de junho de 2013, o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais. Em 20 de agosto de 2013, a Defensoria Pública interpôs recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia. Em 29 de janeiro de 2015, os recursos apresentados pela Defensoria buscando reativação da Liminar para suspender a Licença Ambiental não foram admitidos. Em 18 de março de 2015, foi proferida decisão favorável à Companhia em 1ª instância. A Ação Civil Pública foi julgada improcedente, sob os fundamentos de que: (i) houve legalidade no procedimento de licenciamento ambiental; e (ii) foi comprovada, por meio de estudos técnicos realizados e aprovados pelos órgãos ambientais (CONSEMA e CETESB), a viabilidade ambiental do empreendimento. Aguarda-se eventual interposição de recurso dos autores da ação.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta

Notas Explicativas

para participar de leilões de energia nova ao longo de 2015. A Licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo – Termo Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia.

Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos de construção e compra do gás. O desenvolvimento do projeto Termo Araraquara, assim como da Termo São Paulo, depende da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 31 de março de 2015, a Companhia não conseguiu firmar contrato de fornecimento de gás.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 28 de abril de 2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão do Formulário de Informações Trimestrais – ITR, submetendo-o nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2015, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2015 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e

Notas Explicativas

passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das informações contábeis.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a seguinte controlada:

Descrição	Atividade	Participação	
		31.03.2015	31.12.2014
Controlada direta:			
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração (Sem operação)	100%	100%

Todos os saldos e transações com a empresa consolidada são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro (prejuízo) líquido do período da empresa controlada.

Notas Explicativas

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.19 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	568	473	578	478
Operações compromissadas	-	55	-	55
Subtotal	568	528	578	533
Investimentos de curto prazo				
Operações compromissadas	222.437	400.853	223.243	401.688
CDB-DI	10.088	60.020	10.088	60.020
Fundo de investimentos	46.492	39.183	46.492	39.183
Subtotal	279.017	500.056	279.823	500.891
Total	279.585	500.584	280.401	501.424

O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2015 está representado por operações de CDB, fundo de investimentos e operações compromissadas com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 100,28% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas em média a 101,13% do CDI.

Em 31 de março de 2015, os ativos do fundo de investimentos eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas

5. Consumidores e revendedores

	Controladora	
	31.03.2015	31.12.2014
Contratos bilaterais	19.615	19.614
Mercado de curto prazo	2.151	1.399
Energia livre ⁽ⁱ⁾	13.075	13.075
Total	34.841	34.088

⁽ⁱ⁾ A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 31 de março de 2015, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balço Patrimonial		Resultado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.03.2014
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	772	2.224	(1.452)	(1.368)
Provisão para processos fiscais	1.022	1.003	19	(681)
Provisão para processos trabalhistas	2.230	2.156	74	59
Provisão para processos cíveis	10.504	10.301	203	169
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	5.978	7.221	(1.243)	(1.069)
Provisões de meio ambiente	3.304	3.238	66	51
Ativo imobilizado - custo atribuído	(498.633)	(506.798)	8.165	8.929
Ativo intangível - uso do bem público	(13.494)	(13.720)	226	226
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(1.149)	(1.149)	-	-
Outras	(14.760)	(14.194)	(566)	(716)
Subtotal	(504.226)	(509.718)	5.492	5.600
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(2.161)	(2.675)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			3.331	2.925
Tributos diferidos ativos	28.418	31.974		
Tributos diferidos passivos	(532.644)	(541.692)		
Passivo fiscal diferido, líquido	(504.226)	(509.718)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	31.03.2015			
Saldo inicial	(509.718)			
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	5.492			
Saldo final	(504.226)			

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2015, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Notas Explicativas

6.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31.03.2015		31.03.2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(79.537)	(28.720)	(138.081)	(49.811)
Diferido	2.429	902	2.106	819
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(77.108)	(27.818)	(135.975)	(48.992)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	305.231	305.231	542.887	542.887
Adições (exclusões):				
Doações	307	307	481	481
Outros	3.552	3.550	988	988
Subtotal	3.859	3.857	1.469	1.469
Base de cálculo	309.090	309.088	544.356	544.356
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(77.273)	(27.818)	(136.089)	(48.992)
Incentivos Fiscais	159	-	108	-
Outros	6	-	6	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(77.108)	(27.818)	(135.975)	(48.992)
Alíquota efetiva	25,3%	9,1%	25,0%	9,0%

Desde 1º de janeiro de 2015, a Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS aplicando os preceitos da Lei nº 12.783/2014 e Instruções Normativas RFB 1.515/14 de 24 de Novembro de 2014 e 1.556/15 de 31 de Março de 2015. A Companhia não identificou efeitos relevantes decorrentes desta aplicação em suas informações trimestrais.

Notas Explicativas

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda	8.425	3	8.425	3
Contribuição social	5.188	2	5.188	2
Imposto de renda retido na fonte	3.048	10.740	3.079	10.769
Total	16.661	10.745	16.692	10.774
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS	13.639	11.468	13.639	11.468
COFINS	62.821	52.821	62.821	52.821
Outros tributos	1	2	1	2
Total	76.461	64.291	76.461	64.291
Total circulante	93.122	75.036	93.153	75.065
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS	791	791	791	791
Total não circulante	791	791	791	791

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda	79.537	113.645	79.537	113.645
Contribuição social	28.720	29.649	28.720	29.649
Total	108.257	143.294	108.257	143.294
<u>Outros tributos a pagar</u>				
Federais:				
PIS	1.265	1.455	1.265	1.455
COFINS	5.839	6.715	5.839	6.715
INSS	1.237	484	1.237	484
IRRF	71	220	71	220
Outros tributos	515	298	515	300
Subtotal - Federais	8.927	9.172	8.927	9.174
Estaduais:				
ICMS	137	192	137	192
Subtotal - Estaduais	137	192	137	192
Municipais:				
ISS	154	295	154	295
Subtotal - Municipais	154	295	154	295
Total - Outros tributos a pagar	9.218	9.659	9.218	9.661

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimento por estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	650	27.520	650	27.520
Alienação de bens e direitos	626	626	626	626
Outros	289	292	290	291
Adiantamento 1ª emissão de debêntures ⁽ⁱ⁾	127.565	-	127.565	-
Total	129.130	28.438	129.131	28.437
Não circulante				
Banco Santos	-	12.609	-	12.609
Outros	58	51	58	51
Total	58	12.660	58	12.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco Santos	-	(12.609)	-	(12.609)
Saldo líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa	58	51	58	51

- (i) De acordo com o contrato de prestação de serviços de escrituração da 1ª emissão de debêntures firmado com o Itaú Corretora de Valores S.A., a Companhia deve transferir 40% do valor total de juros e/ou principal a ser pago como antecipação um dia útil antes do vencimento contratual. Quando do vencimento contratual, o Banco Itaú S/A realizará o pagamento aos titulares das debêntures. Dessa forma, em 31 de março de 2015, a Companhia realizou um adiantamento no montante de R\$127.565 (R\$120.024 de principal e R\$7.541 de juros) cujo vencimento contratual ocorreu em 01 de abril de 2015.

9. Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos estavam assim representados:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	31.03.2015			31.12.2014
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(598.852)	400.691	(198.161)	(196.255)
Subtotal	209.452	(140.873)	68.579	70.485
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(55.621)	36.710	(18.911)	(18.656)
Subtotal	26.799	(17.687)	9.112	9.367
Saldos em cada data-base	236.251	(158.560)	77.691	79.852

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	79.852
Amortização	(6.571)
Reversão	4.410
Saldo em 31 de março de 2015	77.691

Em 31 de março de 2015, a Companhia registrou R\$2.161 de benefício fiscal do ágio (R\$2.675 em 31 de março de 2014), conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.1.

10. Investimentos

	Controladora	
	31.03.2015	31.12.2014
Investimento em controlada:		
AES Rio PCH Ltda.	(1.479)	1.538
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	848	3.865

Notas Explicativas

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento abaixo:

AES Rio

	31.03.2015	31.12.2014
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	(1.479)	1.538
Prejuízo do período/exercício	(3.018)	(42)

Atualmente, a Administração da Companhia estuda as medidas a serem tomadas, considerando as opções existentes no mercado para o desenvolvimento de outros negócios abrangidos no seu objeto social.

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	31.03.2015			31.12.2014
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:				
Terrenos	-	407.783	-	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	2.869.762	(1.600.902)	1.268.860
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	649.387	(429.688)	219.699
Máquinas e equipamentos	3,7%	1.637.033	(598.212)	1.038.821
Veículos	13,7%	8.456	(3.673)	4.783
Móveis e utensílios e outros	6,6%	4.923	(3.013)	1.910
Imobilizado em serviço		5.577.344	(2.635.488)	2.941.856
Imobilizado em curso ⁽¹⁾		198.313	-	198.313
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Bens vinculados à concessão		5.772.975	(2.635.488)	3.137.487
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.299	(783)	516
Total Imobilizado – Controladora		5.774.274	(2.636.271)	3.138.003
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em serviço (terrenos)		3.000	-	3.000
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		(3.000)	-	(3.000)
Total Imobilizado – AES Rio		-	-	3.000
Total Consolidado		5.774.274	(2.636.271)	3.138.003
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço		5.578.643	(2.636.271)	2.942.372
Imobilizado em curso ⁽¹⁾		198.313	-	198.313
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado		5.774.274	(2.636.271)	3.138.003

Notas Explicativas

- (1) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2015 é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e móveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Subtotal custo consolidado	Depreciação	Total líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.783	2.861.436	648.005	1.579.436	7.824	5.839	233.163	(2.682)	5.740.804	3.000	5.743.804	(2.595.035)	3.148.769
Adições	-	-	-	-	-	-	29.270	-	29.270	-	29.270	(412.69)	(11.999)
Baixas	-	-	-	-	(143)	-	-	-	(143)	-	(143)	33	(110)
Transferências	-	8.326	1.382	57.397	775	383	(64.120)	-	4.343	(3.000)	4.343	-	4.343
Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de março de 2015	407.783	2.869.762	649.387	1.637.033	8.456	6.222	198.313	(2.682)	5.774.274	-	5.774.274	(2.636.271)	3.138.003

(i) No primeiro trimestre de 2015, a controlada efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos e identificou evidência de que um de seus ativos estava com seu valor contábil maior que seu valor recuperável. Dessa forma, a controlada efetuou uma provisão para redução ao provável valor de recuperação em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, sendo em 31 de março de 2015 o equivalente a R\$3.137.487 (R\$3.145.198 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Obrigações especiais (valor originário da concessão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Notas Explicativas

A subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento do termo final do contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(33.487)	(32.821)	(33.487)	(32.821)
Total do ativo intangível - uso do bem público	39.687	40.353	39.687	40.353
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	46.288	49.631	46.288	49.631
Amortização	(12.424)	(10.936)	(12.424)	(10.936)
Total dos outros intangíveis	33.864	38.695	33.864	38.695
Total intangível	73.551	79.048	73.551	79.048

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado			
	Uso do Bem Público	Em curso	Em serviço	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	40.353	12.239	26.456	79.048
Adição	-	957	43	1.000
Amortização	(666)	-	(1.488)	(2.154)
Transferências	-	(4.788)	445	(4.343)
Saldo em 31 de março de 2015	39.687	8.408	25.456	73.551

O uso do bem público (UBP) foi pago no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	80.557	425.516	80.557	425.516
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	7.732	6.663	7.732	6.663
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.329	1.927	2.329	1.927
Materiais e serviços	29.030	51.868	29.031	51.873
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota nº 23)	92	95	92	95
Total	119.740	486.069	119.741	486.074

Notas Explicativas

13. Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.03.2015						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	18.688	300.060	(42)	318.706	-	-	-
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	22.296	-	(419)	21.877	498.000	(996)	497.004
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	1.072	-	(202)	870	300.000	(762)	299.238
Subtotal			42.056	300.060	(663)	341.453	798.000	(1.758)	796.242
Empréstimos e financiamentos									
Nota promissória - 2ª Emissão (d)	2015	CDI+1,29	17.010	500.000	(330)	516.680	-	-	-
Subtotal			17.010	500.000	(330)	516.680	-	-	-
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (e)		8,40 a 13,90	-	232	-	232	318	-	318
Subtotal			-	232	-	232	318	-	318
Total da dívida			59.066	800.292	(993)	858.365	798.318	(1.758)	796.560

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.12.2014						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	9.093	300.060	(160)	308.993	-	-	-
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	7.132	-	(408)	6.724	498.000	(1.103)	496.897
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	9.790	-	(198)	9.592	300.000	(813)	299.187
Subtotal			26.015	300.060	(766)	325.309	798.000	(1.916)	796.084
Empréstimos e financiamentos									
Nota promissória - 2ª Emissão (d)	2015	CDI+1,29	1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-
Subtotal			1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (e)		8,40 a 13,90	-	248	-	248	359	-	359
Subtotal			-	248	-	248	359	-	359
Total da dívida			27.463	800.308	(1.195)	826.576	798.359	(1.916)	796.443

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Notas Explicativas

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			299.970
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970
			300.060
			Abril de 2013
			Abril de 2014
			Abril de 2015

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

- (b) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			165.983
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
			166.034
			Maior de 2017
			Maior de 2018
			Maior de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia (“Notas Comerciais”), no valor de R\$ 503.957, com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais.

- (c) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			99.990
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	99.990
			100.020
			Março de 2018
			Março de 2019
			Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

- (d) Nota Promissória – 2ª emissão: R\$500.000 em notas promissórias, ocorrida em 22 de dezembro de 2014, junto aos Bancos Santander, BTG e HSBC, com prazo final em dezembro de 2015.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
CDI + 1,20%	No final do contrato	No final do contrato	Dezembro de 2015

Os recursos captados em 22 de dezembro de 2014 com a emissão de 250 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$2.000 totalizando R\$500.000 foram utilizados para refinanciamento de dívidas, reforço de capital de giro e investimentos.

- (e) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de março de 2015, registrado pela Companhia era de R\$550 no passivo (R\$607 em 31 de dezembro de 2014), e R\$516 (R\$571 em 31 de dezembro de 2014) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$516 em 31 de março de 2015 (R\$571 em 31 de dezembro de 2014).

13.3 Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento financeiro</u>	<u>Custo a amortizar</u>	<u>Total</u>
2016	-	121	(510)	(389)
2017	165.983	119	(612)	165.490
2018	265.973	78	(426)	265.625
2019	266.024	-	(186)	265.838
2020	100.020	-	(24)	99.996
	798.000	318	(1.758)	796.560

Notas Explicativas

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, conforme demonstrado abaixo:

	31.03.2015	31.12.2014
CDI ⁽ⁱ⁾	12,60%	11,57%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do período

13.5 A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial	Encargos financeiros	Pagamentos	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2014				31.03.2015
Debêntures - 1ª Emissão	308.993	9.594	-	119	318.706
Debêntures - 2ª Emissão	503.621	15.164	-	96	518.881
Debêntures - 3ª Emissão	308.779	9.352	(18.070)	47	300.108
Subtotal	1.121.393	34.110	(18.070)	262	1.137.695
Nota promissória - 2ª Emissão	501.019	15.562	-	99	516.680
Subtotal	501.019	15.562	-	99	516.680
Arrendamento financeiro	607	20	(77)	-	550
Subtotal	607	20	(77)	-	550
Total	1.623.019	49.692	(18.147)	361	1.654.925

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros no contrato das debêntures.

Em 31 de março de 2015, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento bruto): mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA ajustado ^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de debêntures, este índice deve ser inferior a 2,5 vezes. Em 31 de março de 2015 este índice era de 2,3 vezes;
- (ii) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado ^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 2ª e 3ª emissões de debêntures e 2ª emissão de nota promissória, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de março de 2015 este índice era de 1,9 vezes;

Notas Explicativas

(iii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures e 2ª emissão de nota promissória, este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de março de 2015 este índice era de 5,1 vezes.

Para as debêntures e nota promissória, não observância dos índices acima, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2015 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Férias	5.936	5.950	5.936	5.950
13º Salário	772	-	772	-
Encargos sociais sobre férias	2.401	2.149	2.401	2.149
Participação nos lucros	2.270	6.542	2.270	6.542
Bônus	2.518	1.911	2.518	1.911
Total Circulante	13.897	16.552	13.897	16.552
Bônus	72	186	72	186
Total Não Circulante	72	186	72	186

Notas Explicativas

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Para o trimestre findo em 31 de março de 2015, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2014.

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	31.03.2015	31.03.2014
Custo dos serviços correntes	477	460
Custo dos juros	7.384	6.909
Rendimento esperado dos ativos do plano	(7.421)	(6.940)
Total das despesas de benefício definido	440	429
Outras contribuições	170	159
Total das despesas no período	610	588

Notas Explicativas

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	31.03.2015	31.12.2014
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	-	-
Despesa do período conforme laudo atuarial	439	1.716
Pagamentos de contribuições	(253)	(1.057)
Ajuste de avaliação atuarial	-	(659)
Saldo final em 31 de março de 2015	186	-

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	6.697	6.400
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	1.171	1.181
Ministério de Minas e Energia	586	590
Total - Circulante	8.454	8.171
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	11.002	9.458
Total - Não circulante	11.002	9.458
Total - Circulante e não circulante	19.456	17.629

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Total
Saldo 31 de dezembro de 2014	15.858	1.181	590	17.629
Adições	2.760	2.760	1.381	6.901
Atualização monetária	419	-	-	419
Pagamentos e aplicações	(1.338)	(2.770)	(1.385)	(5.493)
Saldo 31 de março de 2015	17.699	1.171	586	19.456

Notas Explicativas

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Trabalhista (a)	6.558	6.340	2.978	2.949
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (b)	25.227	17.981	-	-
Provisão meio ambiente (c)	9.718	9.524	-	-
Cível Despacho 288 (d)	28.730	28.262	-	-
Cível	2.164	2.034	-	-
Compensações IRPJ e CSLL (e)	5.060	5.005	-	-
Total	77.457	69.146	2.978	2.949
Total circulante	11.361	15.971	-	-
Total não circulante	66.096	53.175	2.978	2.949

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 4.121 (R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2015	31.12.2014
Processos prováveis	2.978	2.949
Processos remotos	1.143	1.091
Total	4.121	4.040

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2014	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	31.03.2015
Trabalhista	6.340	521	200	(109)	(394)	6.558
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	17.981	-	7.246	-	-	25.227
Provisão meio ambiente	9.524	-	200	(6)	-	9.718
Cível Despacho 288	28.262	-	468	-	-	28.730
Cível	2.034	-	130	-	-	2.164
Compensações IRPJ e CSLL	5.005	-	55	-	-	5.060
Total - Consolidado	69.146	521	8.299	(115)	(394)	77.457

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de sua Administração. As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, também estão fundamentadas na opinião dos assessores jurídicos e podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

Notas Explicativas

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca 169 processos (134 processos em 31 de dezembro de 2014) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.
- (b) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de março de 2015, no montante de R\$ 25.227 (R\$17.981 em 31 de dezembro de 2014). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.
- (c) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
- (c.1) Existem 340 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 283 demandas, já que as demais 57 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.716 (R\$ 1.722 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- (c.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. Nesse Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em conta-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 31 de março de 2015 o montante de R\$585 (R\$577 em 31 de dezembro de 2014). Importante ressaltar que, no momento, para a utilização do saldo, a Companhia aguarda apenas a demanda dos Institutos. Desde setembro de 2013, as unidades não solicitam desembolsos, pois aguardam a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Ambiente – CONSEMA, antes de qualquer solicitação à Companhia. Sem essa aprovação a Companhia permanecerá sem realizar desembolsos.
- (c.3) Em 2002, a Companhia celebrou um convênio (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. Nesse Termo de Compromisso, a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação no montante original de R\$ 4.402, sendo já realizados pagamentos no montante de R\$ 1.232, conforme solicitação das unidades de conservação. O saldo remanescente corrigido e provisionado até 31 de março de 2015 corresponde a R\$ 7.417 (R\$ 7.225 em 31 de dezembro de 2014). O último desembolso foi feito pela Companhia em 2012, quando restaram apenas obrigações relativas a regularização fundiária das unidades de conservação. Atualmente a Companhia está em tratativas com ICMBio e IBAMA, para a assinatura de novo Termo de Compromisso que permita o pagamento do saldo remanescente integralmente ao ICMBio, sem que seja necessário aguardar a solicitação das unidades de conservação.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

- (d) Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à

Notas Explicativas

Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de julho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia está recorrendo desta decisão ainda em segunda instância e na presente data aguarda-se o julgamento do recurso. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2015 corresponde a R\$ 28.730 (R\$28.262 em 31 de dezembro de 2014). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

- (e) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$128.526 (R\$ 127.115 até dezembro de 2014) envolvidos na discussão, apenas R\$5.060 (R\$5.005 até dezembro de 2014) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	
	31.03.2015	31.12.2014
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	123.466	122.110
(c) Auto de infração - Ágio	122.824	121.779
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.717	6.639
(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados	Não determinado	Não determinado
(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	45.195	40.703

Notas Explicativas

Além dos processos apresentados acima, a Companhia também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termo São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

(a) Recomposição de danos ambientais

Referem-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. Em julho de 2014, a Companhia foi informada de decisão definitiva favorável relativa a uma das compensações, extinguindo em definitivo o débito no montante de R\$ 1.207. Atualmente, para as 4 (quatro) compensações remanescentes, aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$128.526 (R\$127.115 em 31 de dezembro de 2014) envolvidos na discussão, R\$123.466 (R\$122.110 em dezembro de 2014) são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$122.824 atualizado até 31 de março de 2015 (R\$121.779 em 31 de dezembro de 2014). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

Notas Explicativas

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2015 é de R\$6.717 (R\$6.639 em 31 de dezembro de 2014).

(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados

O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.

Em 05 de setembro de 2013, a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. Em 24 de julho de 2014 foram deferidos os pedidos da liminar requerida pelo Ministério Público Federal, determinando: (i) que os réus Companhia e Estado de São Paulo sejam integrados à Força Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado, bem como (ii) que todos os réus (Companhia, União, IBAMA e Estado de São Paulo) façam a identificação das áreas com potencial invasão do molusco, o mapeamento e monitoramento das áreas já contaminadas mediante identificação com placas informativas, e promovam na mídia informações sobre medidas para evitar a proliferação do molusco. Em 18 de agosto de 2014 a Companhia apresentou recurso contra a liminar concedida ao Ministério Público Federal. Em 15 de setembro de 2014, o Tribunal suspendeu a decisão liminar até a conclusão de estudo sobre impactos e medidas envolvendo os mexilhões dourados em

Notas Explicativas

outra ação judicial na qual Companhia não é parte (Reservatório Ilha Solteira), oportunidade em que o Tribunal avaliará eventuais medidas aplicáveis à Companhia (Reservatório Água Vermelha) e em 29 de outubro de 2014, foi agendada audiência para dezembro de 2014 visando análise da conclusão do estudo. Em 12 de dezembro de 2014 foi realizada audiência na qual ficou definido que a ação judicial seguirá suspensão e com relação à Companhia foram definidos apenas os dois pontos abaixo (i) Suporte na atuação preventiva: a Companhia deverá efetuar impressão de cartilha educativa sobre os mexilhões no formato do material oficial do IBAMA, com estimativa para julho de 2015; (ii) Uso do cloro nas Usinas ainda pendentes: Companhia ainda deve aguardar a emissão de autorização para uso emergencial do cloro, com estimativa de solicitação para março de 2015. As demais providências definidas na audiência não envolvem a Companhia e sim outros órgãos estatais (levantamento de áreas críticas, Municípios e órgãos envolvidos, bem como atividades preparatórias para o monitoramento). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

- (f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Com base nesta decisão judicial e no parecer jurídico obtido pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$ 45.195 (R\$ 40.703 em 31 de dezembro de 2014), referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de março de 2015, a Companhia contratou uma carta de fiança no valor de R\$ 429 e um seguro garantia no valor de R\$ 959 (uma carta de fiança no valor de R\$ 418 e um seguro garantia no valor de R\$ 959 em 31 de dezembro de 2014) para processos judiciais, totalizando uma importância segurada de R\$ 1.377 (R\$ 1.388 em 31 de dezembro de 2014), ao custo de 2,00% e 0,40% a.a. (2,00% e 0,40% a.a. em 31 de dezembro de 2014). Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

No trimestre findo em 31 de março de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	31.03.2015		31.12.2014	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	140.882.909	71,35%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08%	150.534	0,08%
Outros	56.427.768	28,57%	56.427.768	28,57%
Total das ações	197.461.211	100,00%	197.461.211	100,00%
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	59.447.111	32,34%	59.447.111	32,34%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38%	30.107.688	16,38%
Outros	94.237.480	51,27%	94.237.480	51,27%
Ações em tesouraria	3	0,00%	3	0,00%
Total das ações	183.792.282	100,00%	183.792.282	100,00%

Notas Explicativas

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	31.03.2015	31.12.2014
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.849	1.808
Total	254.213	254.172
<u>Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	967.936	983.786
Plano de previdência privada - ganhos e perdas atuariais (c.2)	2.230	2.230
Total	970.166	986.016

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (c) Em 31 de março de 2015, o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho ou perda atuarial do plano de pensão.
- (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia,

Notas Explicativas

no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

(c.2) Outros resultados abrangentes relacionado ao ganho atuarial do plano de pensão apresenta um saldo de R\$2.230 (R\$2.230 em 31 de dezembro de 2014), líquidos de imposto de renda e contribuição social. O reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1).

19. Lucro por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada a favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2015, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,69%.

19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas a seguir contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

	31.03.2015	31.03.2014
Numerador:		
Lucro líquido do período	200.305	357.920
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias ⁽ⁱ⁾	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais ⁽ⁱ⁾	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632
Lucro básico por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico por ação ordinária	0,5012	0,8956
Lucro básico por ação preferencial	0,5513	0,9852

⁽ⁱ⁾ Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2015	98.972	101.333	200.305
31.03.2014	176.851	181.069	357.920

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014:

Notas Explicativas

	31.03.2015	31.03.2014
Numerador:		
Lucro líquido do período	200.305	357.920
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias ⁽ⁱ⁾	205.682	205.682
Média ponderada do número de ações preferenciais ⁽ⁱ⁾	190.310	190.310
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro diluído por ação ordinária	0,4826	0,8624
Lucro diluído por ação preferencial	0,5309	0,9487

- (i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2015.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2015	99.270	101.035	200.305
31.03.2014	177.382	180.538	357.920

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	Controladora			
	31.03.2015		31.03.2014	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.740.148	565.320	2.329.126	452.293
Contratos bilaterais	483.410	55.402	537.974	59.575
Mercado de curto prazo				
MRE	135.658	2.917	175.775	3.082
Spot	273.540	109.711	540.648	296.984
Outros	-	183	-	1.058
Créditos de carbono	-	-	-	1.006
Outras receitas	-	18	-	9
Receita operacional bruta	3.632.756	733.551	3.583.523	814.007
Pesquisa e desenvolvimento	-	(6.901)	-	(7.562)
PIS e Cofins	-	(36.150)	-	(49.838)
ICMS	-	(498)	-	(388)
Receita operacional líquida	3.632.756	690.002	3.583.523	756.219
<u>Energia elétrica comprada e encargos:</u>				
Contratos bilaterais	475.349	(52.886)	504.431	(52.611)
Mercado de curto prazo				
MRE	715.651	(10.110)	236.482	(3.880)
Spot	446.949	(179.069)	60.028	(19.948)
Outros	-	(1.396)	-	(6)
Encargos de transmissão	-	(27.697)	-	(22.797)
Encargos de conexão	-	(448)	-	(425)
PIS e Cofins	-	27.686	-	6.772
Total	1.637.949	(243.920)	800.941	(92.895)

21. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
Doações	(433)	(481)	(433)	(481)
Arrendamentos e aluguéis	(277)	(238)	(277)	(238)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(666)	(663)	(666)	(663)
Seguros	(1.906)	(1.970)	(1.906)	(1.970)
Contribuições CCEE / ONS	(381)	(345)	(381)	(345)
Ganhos na alienação de bens e direitos	912	13	912	13
Outros custos	(938)	(919)	(965)	(946)
Total	(3.689)	(4.603)	(3.716)	(4.630)

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10.993	10.321	11.017	10.342
Atualização monetária dos depósitos vinculados	63	68	63	68
PIS	-	1.270	-	1.270
Outras	12	(96)	12	(96)
Total	11.068	11.563	11.092	11.584
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(50.053)	(31.354)	(50.053)	(31.354)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso ⁽ⁱ⁾	4.366	8.636	4.366	8.636
Cartas de fiança e seguros garantia	(449)	(75)	(449)	(75)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.052)	-	(1.052)	-
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	(419)	(234)	(419)	(234)
Outras	(204)	(31)	(204)	(31)
Total	(47.811)	(23.058)	(47.811)	(23.058)
Variações cambiais, líquidas				
Perdas/Ganhos sobre o repasse de energia - Itaipú - nota nº 17.1	(7.246)	1.045	(7.246)	1.045
Total	(7.246)	1.045	(7.246)	1.045
Total do resultado financeiro	(43.989)	(10.450)	(43.965)	(10.429)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 13% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2015 (9% a.a. em 31 de dezembro de 2014), sobre os ativos qualificáveis.

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”) e AES Serviços (AES Serviços Tc Ltda), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

Notas Explicativas

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Ativo		
Contas a receber:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	253.317	296.028
	253.317	296.028
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (ii) (nota nº 12)	-	36
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii) (nota nº 12)	92	95
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	28.730	28.262
	28.822	28.393
	31.03.2015	31.03.2014
Resultado		
Receita operacional líquida:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota nº 20)	565.320	452.293
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (ii)	-	(25)
Outras receitas e custos:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii)	(274)	(275)
Variações monetárias:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	(468)	(400)
	564.578	451.593

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2015 é de R\$206,31/MWh (31 de março de 2014 - R\$194,19/MWh).

(ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.

(iii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária). Este contrato inclui o valor de aluguel mensal, reembolso de seguro, IPTU e condomínio

Notas Explicativas

proporcionais à área sublocada, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014
Benefícios de curto prazo (a)	1.258	922
Benefícios pós-emprego (b)	42	41
Outros benefícios de longo prazo (c)	38	13
Pagamento baseado em ações (d)	41	21
Total	1.379	997

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);

Notas Explicativas

- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31.03.2015		31.12.2014		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	578	578	533	533	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	279.823	279.823	500.891	500.891	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	34.841	34.841	34.088	34.088	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	253.317	253.317	296.028	296.028	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	4.121	4.121	4.040	4.040	Empréstimos e recebíveis
Total	572.680	572.680	835.580	835.580	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	119.741	119.741	486.074	486.074	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.137.695	1.129.101	1.121.393	1.112.322	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	516.680	516.710	501.019	501.066	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	550	550	607	607	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.118	2.118	2.119	2.119	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.776.784	1.768.220	2.111.212	2.102.188	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2015.

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Notas Explicativas

	31.03.2015				31.12.2014			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	578	578	-	-	533	478	55	-
Investimentos de curto prazo	279.823	-	279.823	-	500.891	-	500.891	-
Total - Ativo	280.401	578	279.823	-	501.424	478	500.946	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às informações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro áreas: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as informações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de

Notas Explicativas

processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as informações contábeis da Companhia são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho de Administração e Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a Eletropaulo, consumidores livres, comercializadoras e geradoras principalmente por contratos bilaterais ou mercado de curto prazo. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Nos contratos bilaterais, a Companhia exige em garantia fiança bancária. Para o mercado curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2015 é a seguinte:

Consolidado	31.03.2015
Caixa e equivalentes de caixa	578
Investimentos de curto prazo	279.823
Consumidores e revendedores	34.841
Contas a receber de partes relacionadas	253.317
Total da exposição	568.559

(b.2) Risco de Liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para

Notas Explicativas

contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Período findo em 31 de março de 2015	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	119.741	-	-	-
Debêntures	349.372	72.266	104.670	973.490
Empréstimos e financiamentos	-	567.855	-	-
Arrendamento financeiro	66	167	153	164
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.118	-	-	-
Total	471.297	640.288	104.823	973.654

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de março de 2015.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, a Companhia e sua controlada não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, notas promissórias e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	516.680	501.019
Debêntures	1.137.695	1.121.393
Arrendamento financeiro	550	607
Caixa e equivalentes de caixa	(578)	(533)
Investimentos de curto prazo	(279.823)	(500.891)
Dívida líquida	1.374.524	1.121.595
Patrimônio líquido	1.564.834	1.364.488
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	87,84%	82,20%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2015, 52% era de curto prazo (51% em 31 de dezembro de 2014) e o prazo médio era de 1,9 anos (2,2 anos em 31 de dezembro de 2014).

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures e nota promissória remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 0,79% a 1,20% ao ano, assim como debêntures remuneradas a 108,20% do DI. Consequentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de março de 2015.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações contábeis é:

Consolidado	31.03.2015
Investimentos de curto prazo	279.823
Debêntures - 1ª Emissão	(318.748)
Debêntures - 2ª Emissão	(520.296)
Debêntures - 3ª Emissão	(301.072)
Nota Promissória 2ª Emissão	(517.010)
Total da exposição líquida	(1.377.303)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de março de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2015, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.03.2015	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,39%	9,59%	12,78%	15,98%	19,17%
Investimentos de curto prazo	CDI	279.823	17.881	26.835	35.761	44.716	53.642
Subtotal		279.823	17.881	26.835	35.761	44.716	53.642

Dívidas - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.03.2015	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,39%	9,59%	12,78%	15,98%	19,17%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(318.748)	(24.437)	(34.760)	(45.050)	(55.372)	(65.662)
Debêntures - 2ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(520.296)	(37.620)	(54.401)	(71.129)	(87.910)	(104.639)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(301.072)	(22.595)	(32.330)	(42.035)	(51.771)	(61.475)
Nota Promissória - 2ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(517.010)	(39.638)	(56.380)	(73.071)	(89.814)	(106.504)
Subtotal		(1.657.126)	(124.290)	(177.871)	(231.285)	(284.867)	(338.280)
Total da exposição líquida		(1.377.303)	(106.409)	(151.036)	(195.524)	(240.151)	(284.638)

(b.4.2) Risco de recontração (volume e preço)

Atualmente quase toda a garantia física da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo com preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2015 de R\$206,31/MWh (R\$194,19/MWh em 31 de março de 2014). Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Portanto, a partir de 2016, a receita da Companhia estará diretamente ligada ao preço de recontração desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia para comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, com o objetivo de aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia

Notas Explicativas

como um importante agente no mercado livre. Para 2016, a Companhia já vendeu 83% da sua energia assegurada para uma carteira diversificada de clientes.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de março de 2015, a Companhia estava cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão.

(c.2) Risco hidrológico

O volume de energia gerado que excede aos compromissos contratuais é direcionado primeiramente ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e, posteriormente, ao Mercado Spot da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Caso a soma da energia gerada pelas usinas hidrelétricas seja menor que a garantia física do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), um novo valor proporcional de energia disponível é calculado para cada gerador apenas para efeitos do MRE. Em função dessa nova alocação da garantia física, a eventual exposição das usinas do SIN é liquidada no mercado de curto prazo ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD vigente na ocasião daquela exposição. O ano de 2014 apresentou condições hidrológicas desfavoráveis em todo Brasil, expondo a Companhia ao mercado de curto prazo.

Em novembro de 2014, foi definido novo método para determinação dos limites do PLD. O limite mínimo passou a ser determinado pelo maior valor entre o critério

Notas Explicativas

atual (estimativas dos custos da usina Itaipu) e a RAG - Receita Anual de Geração das usinas em regime de cotas.

Quanto ao PLD máximo, a regra anterior foi mantida, ou seja, corresponde ao custo variável unitário (“CVU”) da usina térmica mais relevante. No entanto, o conceito da térmica relevante foi alterado de forma a considerar a usina térmica a gás em operação, contratada por meio de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com maior CVU. Para o ano de 2015, a Usina Termelétrica Mario Lago foi então selecionada como a térmica relevante, para fins da nova metodologia.

Assim, para 2015, os valores mínimo e máximo do PLD passam a ser R\$30,26/MWh e R\$388,48/MWh, respectivamente.

É esperado que o Operador Nacional do Sistema (ONS) mantenha a estratégia de preservação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, resultando em risco de exposição da Companhia ao mercado de curto prazo para cumprimento de suas obrigações contratuais. Mesmo que os níveis de afluência retornem aos níveis da média histórica, há o risco de que o nível dos preços do mercado de curto prazo continue elevado e que os níveis de garantia física, para efeitos de alocação do MRE, continuem rebaixados até que o nível dos reservatórios seja recuperado.

Caso o nível dos reservatórios não atinja um nível de recuperação e/ou segurança até o início e/ou até mesmo durante o próximo período úmido (novembro 2015) e não haja redução suficiente do consumo, há o risco de o Governo implantar mecanismos de racionalização ou até mesmo decretar racionamento de energia no final de 2015/início de 2016, resultando em impactos negativos para o resultado de nossas operações e geração de fluxo de caixa, principalmente em função da redução do consumo de energia e/ou dos ajustes nas contratações de energia entre geradores e distribuidoras de acordo com a redução que vier a ser estabelecida pelo Governo.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

Notas Explicativas

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco de meio ambiente

A instalação e operação de empreendimentos voltados à atividade de geração de energia elétrica, tais como as usinas hidrelétricas, utilizam recursos naturais e podem causar impactos ambientais.

A legislação ambiental brasileira em vigor estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. A Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001, com vistas a mitigar os impactos ambientais de suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle. Além disso, todas as usinas possuem

Notas Explicativas

licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

(c.6) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui uma obrigação, prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, cujo descumprimento poderá acarretar advertência, e/ou suspensão da participação da Companhia em licitações estaduais e, ainda, ação judicial como a movida pelo Governo do Estado de São Paulo. O detalhamento das ações judiciais relacionadas à obrigação de expansão está divulgado na nota explicativa nº 1.

25. Seguros

Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2014	01/04/2015	2.400.000
Vida em grupo	01/01/2015	01/01/2016	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2014	01/04/2015	30.000
Frota veículos - RCF	01/04/2014	01/04/2015	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2014	01/04/2015	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2014	01/04/2015	100.000

Em 01 de abril de 2015, a Companhia renovou e contratou as seguintes apólices:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2015	31/12/2015	2.400.000
Responsabilidade Civil Geral	01/04/2015	01/04/2016	30.000
Frota veículos - RCF	01/04/2015	01/04/2016	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2015	01/04/2016	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2015	01/04/2016	100.000

O seguro de frota de veículos – RCF - é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

Notas Explicativas

26. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de março de 2015.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos esperados para 2014 e para o ciclo 2015-2019, divididos em investimentos e juros capitalizados.

2 - Compra de energia no mercado de curto prazo:

2.1 – Compra de energia no mercado de curto prazo em 2014:

A Companhia informa o percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada estimado para o ano de 2014 entre 7,5% a 8,5%, considerando um cenário de despacho térmico médio de 15,5 GWm no decorrer de 2014.

2.2 – Compra de energia no mercado de curto prazo em 2015:

A Companhia informa o percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada estimado para o ano de 2015 entre 17% a 19%, considerando um cenário de despacho térmico médio de 16-17 GWm no decorrer de 2015.

3 - Programa de Revisão dos Custos Gerenciáveis

3.1 - Programa de Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2014

A Companhia informa que revisará seus custos gerenciais para o ano de 2014, buscando ganhos de eficiência e melhorias na gestão de seus custos.

3.2 - Programa de Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2015

A Companhia informa que revisará seus custos gerenciais para o ano de 2015, buscando ganhos de eficiência e melhorias na gestão de seus custos.

b.) período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

Projeções para investimentos anuais, divulgadas trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

Projeções de percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada para os anos de 2014 e 2015 com validade até sua concretização ou substituição por novas projeções.

3 - Programa de Revisão dos Custos Gerenciáveis

Estimativa quanto ao resultado do seu Programa de Revisão de Custos válida para os anos de 2014 e 2015, sendo reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

2.1- Compra de energia no mercado de curto prazo em 2014

As projeções de exposição ao mercado de curto prazo pela Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Despacho térmico médio de 15,5 GWm para o ano de 2014;
- Sazonalização das usinas participantes do MRE;
- Sazonalização da garantia física e contratos da Companhia;
- Preço de liquidação das diferenças (PLD) médio de R\$ 700/MWh para o ano de 2014; e,
- Afluências durante o ano de 2014 próximos a 80% da MLT.

2.2- Compra de energia no mercado de curto prazo em 2015

As projeções de exposição ao mercado de curto prazo pela Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Despacho térmico médio de 16-17 GWm para o ano de 2014;
- Sazonalização das usinas participantes do MRE;
- Sazonalização da garantia física e contratos da Companhia;
- Preço de liquidação das diferenças (PLD) médio de R\$ 388/MWh para o ano de 2015;
- Crescimento de carga na ordem de 0,7%; e,
- Intercâmbio entre subsistemas e geração intermitente..

3 - Revisão dos Custos Gerenciáveis

3.1 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2014

As projeções para o Programa de Revisão de Custos Gerenciáveis estão diretamente relacionadas aos resultados estimados para as iniciativas descritas a seguir:

- Revisão de processos operacionais, buscando a internalização de atividades relacionadas ao gerenciamento dos reservatórios;
- Melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas da Companhia;
- Melhoria na gestão de contratos com fornecedores de materiais e serviços; e,
- Reavaliação dos custos administrativos, através da redução do grupo serviços de terceiros.

Essas projeções refletem somente a percepção da administração da AES Tietê sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima no item “c” estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos diverjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

3.2 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2015

As projeções para o Programa de Revisão de Custos Gerenciáveis estão diretamente relacionadas aos resultados estimados para as iniciativas descritas a seguir:

- Melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas da Companhia;
- Internalização dos processos de gestão dos reservatórios; e,
- Reavaliação dos custos administrativos, através da redução do grupo serviços de terceiros.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o exercício social de 2014 e para o ciclo 2015-2019 encontram-se nas tabelas a seguir:

R\$ MM	Estimado 2014
Investimentos	173,5
Juros Capitalizados	12,1
Total	185,5

R\$ MM – Investimentos estimados	2015	2016	2017	2018	2019	Total 2015-2019
Investimentos	142,9	67,3	86,2	60,6	59,9	416,9
Juros Capitalizados	12,3	12,4	14,2	15,2	16,4	70,5
Total	155,2	79,6	100,4	75,8	76,4	487,4

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

2.1 Compra de energia no mercado de curto prazo em 2014

Conforme divulgado no Formulário de Referência da Companhia, publicado em 05/11/2014, um rebaixamento médio anual de 7,5% a 8,5%, o perfil de sazonalização da garantia física e contratos aplicada para 2014 e o desempenho no MRE resultaria em uma compra líquida de energia média no ano de 800GWh a 1.000GWh, com impacto no Ebitda relativo a esta exposição de aproximadamente R\$ 700 milhões.

2.2 - Compra de energia no mercado de curto prazo em 2015

Conforme divulgado, um rebaixamento médio anual de 15% a 17%, o perfil de sazonalização da garantia física e contratos aplicada para 2015 e o desempenho no MRE resultaria em um impacto no Ebitda relativo a esta exposição entre R\$ 590 milhões a R\$ 680 milhões.

3 - Revisão dos Custos Gerenciáveis

3.1 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2014

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme divulgado no Formulário de Referência da Companhia, publicado em 25/02/2014, esperava-se atingir, por meio do Programa de revisão de Custos Gerenciáveis, crescimento zero dos custos gerenciáveis¹, em termos nominais, ao patamar verificado em 2013, no valor de R\$ 205 milhões.

3.2 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2015

Conforme divulgado no Formulário de Referência da Companhia, esperava-se atingir, por meio do Programa de revisão de Custos Gerenciáveis, crescimento zero dos custos gerenciáveis¹, em termos nominais, ao patamar verificado em 2014, no valor de R\$ 186 milhões.

e.) Acompanhamento dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Os valores projetados e realizados para o exercício social do ano de 2014 encontram-se na tabela a seguir:

R\$ MM	Estimado 2014	Realizado 2014	Varição
Investimentos	173,5	165,7	(7,8)
Juros Capitalizados	12,1	20,2	8,1
Total	185,5	185,9	0,3

A variação entre a projeção de investimentos para o ano de 2014, de R\$ 185,5 milhões, e o realizado de R\$ 185,9 milhões está principalmente relacionada ao aumento de juros sobre obras em andamento, em função do aumento dos encargos de dívida, compensado pela postergação de investimentos, para o ano de 2015, nas usinas de Água Vermelha, Caconde e Barra Bonita.

Os valores projetados para o ciclo de 2015-2019 não sofreram alterações (conforme tabela do item d).

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

2.1 - Compra de energia no mercado de curto prazo em 2014

Encerrado o ano de 2014 e considerando a performance da hidrologia, a Companhia registrou um impacto superior em seu Ebitda, totalizando R\$ 816 milhões, em função da maior nível de rebaixamento médio anual verificado no período (9,4%) vs. projetado (7,5% a 8,5%). A seguir segue comparativo das demais premissas consideradas na projeção divulgada pela Companhia no último 3T14:

Premissas	Estimado 3T14	2014
Impacto negativo Ebitda	Até R\$ 700 milhões	R\$ 816 milhões
Rebaixamento médio anual	7,5% - 8,5%	9,4%
PLD médio	R\$ 700/MWh	R\$ 689/MWh
ENA 2014	80% da MLT	81% MLT

¹ Excluiu-se do conceito de custos gerenciais itens não recorrentes e considerados não gerenciáveis pela administração da Companhia, como: compra e venda de energia, taxas, compensações financeiras e encargos setoriais, custos com transmissão e distribuição de energia elétrica, ressarcimento de seguros, normalização de manutenções bianuais das eclusas da Companhia, custos com entidade de previdência Privada, provisões operacionais e contingências, ganhos e perdas com venda e avaliação de ativos, dentre outros efeitos não recorrentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Despacho Térmico médio	15,5GWm	15,9GWm
------------------------	---------	---------

2.2 - Compra de energia no mercado de curto prazo em 2015

Encerrado o primeiro trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo.. A seguir segue comparativo das demais premissas consideradas na projeção divulgada pela Companhia no último 4T14:

Premissas	Estimado 2015	Revisão 1T15
Impacto negativo Ebitda	De R\$ 590 milhões a 680 milhões	De R\$ 750 milhões a 840 milhões
Rebaixamento médio anual	15% - 17%	17% - 19%
PLD médio	R\$ 388/MWh	R\$ 388/MWh
ENA 2015	78% da MLT	78% da MLT
Carga 2015	+0,5%	-0,5% a -1%
Despacho Térmico médio	16GWm-17GWm	16GWm-17GWm

3 - Revisão dos Custos Gerenciáveis

3.1 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2014

Encerrado o ano de 2014, o resultado incorrido pela Companhia foi superior ao inicialmente previsto, de tal forma que a Companhia registrou R\$ 192 milhões como custos gerenciais em 2014.

3.2 - Revisão dos Custos Gerenciáveis em 2015

Encerrado o primeiro trimestre do ano de 2015, a Companhia não revisou a projeção de redução de custos gerenciáveis para o referido período.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da AES Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios sobre as demonstrações financeiras em 09 de fevereiro de 2015, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 28 de abril de 2014, ambos sem ressalva.

São Paulo, 28 de abril de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1SP132776/O-3-T-SC-S-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2015.

Barueri, 28 de abril de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2015.

Barueri, 28 de abril de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores